

ONDE ESTÁ O LIVRO DIDÁTICO? DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA  
NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
(PNLD - EJA) DURANTE O GOVERNO DE 2019 a 2022

Elizandra Matos da Silva  
Lucas Antônio Ribeiro Cardoso<sup>1</sup>

**RESUMO:**

O artigo aqui apresentado construiu uma discussão acerca da relação entre o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD para Educação de Jovens e Adultos e o cenário das políticas educacionais do período de 2019 a 2022., identificamos como houve uma descontinuidade no referido programa ainda em 2019. Nosso trabalho apoiou sua discussão dos aportes teóricos de Stephen Ball (2001), Mainardes (2006) e Dardot e Laval (2016), Lima (2015) que nos permitiram compreender a compreender os elementos do jogo político que é do campo educacional e as nuances que emergem a partir da racionalidade neoliberal sobre os objetivos da educação e consequentemente da escola. Partindo de uma perspectiva qualitativa de pesquisa (Minayo, 2001), relacionamos a EJA e suas funcionalidades de acordo com o Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação com a política do livro didático, concluindo que no período analisado não houve continuidade do PNLD/EJA e muito menos um fortalecimento dessa política, resultando numa ausência e descaso com uma das modalidades da educação brasileira.

**Palavras Chaves:** Livro Didático; Jovens e Adultos; PNLD EJA;; Políticas Educacionais.

**ABSTRACT:**

The article presented here built a discussion about the relationship between the National Textbook Program – PNLD for Youth and Adult Education and the scenario of educational policies from 2019 to 2022., we identified how there was a discontinuity in said program in 2019 Our work supported his discussion of the theoretical contributions of Stephen Ball (2001), Mainardes (2006) and Dardot and Laval (2016), Lima (2015) that allowed us to understand the elements of the political game that are in the educational field and the nuances that emerge from neoliberal rationality regarding the objectives of education and consequently of school. Starting from a qualitative research perspective (Minayo, 2001), we related the EJA and its functionalities in accordance with Opinion 11/2000 of the National Education Council with the textbook policy, concluding that in the period analyzed there was no continuity of the PNLD/ EJA and much less a strengthening of this policy, resulting in an absence and neglect of one of the modalities of Brazilian education.

**Keywords:** Textbook; Youth and Adults; PNLD EJA; Educations Politics

---

<sup>1</sup> Artigo produzido como trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia, na UFPE, no ano de 2023, sob orientação da professora Janayna Cavalcante.

## INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é uma modalidade da educação brasileira que requer de todos nós uma atenção maior tanto da perspectiva das salas de aula como na ação de pesquisa. A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade da Educação Básica destinada ao público de jovens, adultos e idosos que durante sua vida não puderam frequentar ou concluir a escolarização. Nesse contexto, se inserem as pessoas que por condições sociais adversas nunca estiveram dentro de uma escola, ou sequer passaram por um processo de alfabetização. Dá-se então a importância do desenvolvimento dessa modalidade de ensino que teve, como um dos seus objetivos principais, ao longo do século XX, tornar-se uma ferramenta de combate ao analfabetismo, sendo ele um problema central de nossa sociedade desigual.

Apesar de sua imensa importância para a educação básica brasileira como um todo, a EJA acaba ocupando um lugar de invisibilidade, sendo negligenciada pelas autoridades educacionais competentes. A EJA é garantida como parte integrante da educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 que, em seu Art. 37, determina que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996). E como identificamos que esse direito na prática é realizado? Será que ele é garantido de maneira insatisfatória? Um dos caminhos de resposta é através da análise das políticas públicas e como elas tratam atualmente a EJA.

O primeiro grande desafio nesse setor foi a desconsideração da modalidade no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF (1997 – 2006), que priorizou o ensino fundamental no tempo regular (diurno), deixando à margem qualquer intenção de valorização da EJA. Todavia, isso muda, um pouco, com a reformulação do fundo, que passa a se intitular como FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Em vigor desde 2007, o Fundeb contempla a EJA, porém de forma aquém do esperado e necessário para a sua realização adequada. Cruz et. al (2021, p 2) explicam que “em que pese o avanço legal da inclusão da EJA no Fundeb, o mesmo foi limitado pela definição de que essa modalidade não poderia se apropriar de mais de 15% do total dos recursos do Fundo (sistema conhecido como trava) [...]”. No contexto social mais amplo esse exemplo demonstra o quão difícil é o caminho percorrido pela educação de jovens e adultos e como um importante instrumento de

combate ao analfabetismo e conseqüentemente à desigualdade social esbarra nos entraves das lógicas políticas.

As políticas da EJA foram esvaziadas durante o período histórico que nos dispomos a analisar neste artigo. Logo ao assumir a presidência em 2018, depois de uma eleição violenta e descabida, o governo de extrema direita - que vamos identificar em nossa pesquisa como pós democráticos -, promoveu a dissolução da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Essa secretaria estava vinculada ao Ministério da Educação e era responsável também pela estruturação do trabalho para jovens e adultos, bem como a educação prisional e do campo. Numa canetada só, foram dissolvidas três ferramentas educacionais importantíssimas. De acordo com a reportagem do jornal O Globo do dia 11 de fevereiro de 2022, a modalidade de ensino teve o menor investimento do século XXI sob a tutela deste governo, dado que indica o desmonte dessa educação.

Arelado a isso, nesse período de 2018 a 2022, o Plano Nacional de Educação – PNE - é duramente rechaçado, e concomitante a isso a EJA não é priorizada através dessa política de governo. A educação de jovens e adultos é citada somente uma vez na meta 10, de 20 que foram estabelecidas desde que o plano começou a vigorar em 2014. “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.” (PNE, 2014). Um outro agravante nesse descaso com a EJA é que dentre os 11 subtópicos desta meta 10, nenhum se refere a uma formação continuada e adequada de professores que trabalham com esse público.

É preciso refletir o entrave à EJA e ao seu desenvolvimento. Arroyo (2017) explica que o público-alvo da educação de jovens e adultos é muitas vezes composto por trabalhadores que ele identifica como ‘passageiros da noite’, pessoas que têm a noite como o único momento de estar disponível para o aprendizado. E o que elas fazem durante o dia? Buscam meios de sobreviver em um mundo desigual que tem como exemplo a negação de direitos básicos como a própria educação e o trabalho digno. Entretanto, com o advento da globalização e as novas demandas internacionais de trabalho e modelos de produção, exige-se que as pessoas, para serem inseridas no mundo do trabalho, estejam aptas a manejar o conhecimento sobre os instrumentos do dia a dia laboral. Por não terem um processo de alfabetização adequado, muitos desses trabalhadores acabam sendo vítimas do desemprego estrutural, recorrendo a outras alternativas de sobrevivência dentro do sistema capitalista de sociedade. Nossa atual

sociedade pode ser entendida como neoliberal, e por essa razão consideramos relevante contextualizar sua influência dentro do campo da educação.

Entendemos que a educação é um dos pilares da sociedade, pois a ela é dada uma enorme responsabilidade sobre o desenvolvimento inclusive de um país. Entretanto, vale salientar que a educação pode ser também uma ferramenta a serviço dos objetivos de um determinado governo ou gestão, desde a esfera federal, estadual até a municipal. O neoliberalismo tem em seus princípios a defesa de valores de competência. Para estar apto para uma função de trabalho o indivíduo tem que ser competente, não possuindo tal competência ele ou ela é automaticamente excluído do processo “formal” da sociedade, seja no mundo do trabalho ou da própria educação. E isso é mediado através da ação do Estado.

Dardot e Laval (2016) contextualizam a sociedade neoliberal quando nos explicam que essa perspectiva de sociedade, já vigente, “mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais”. Como se encaixa a EJA em um campo educacional que visa construir um contexto ‘competitivo’ da educação? Nesse contexto, Dardot e Laval (2016) vão nos dizer que é resultado dos novos moldes de atuação do próprio Estado e da geopolítica internacional. Para os autores, sob a ordem neoliberal todos os âmbitos do Estado serão geridos por uma mesma lógica de concorrência. No cerne da discussão presente, quando levado ao cargo máximo do executivo através do processo democrático, o presidente daquele período, já em seu primeiro ano, estabeleceu como seria estruturado o seu governo. O governo do presidente Bolsonaro, período 2018 a 2022, foi responsável por ausências, desmontes e desdobramentos perigosos para a garantia do direito à educação, sendo uma delas a ausência da continuidade do livro didático para a Educação de Jovens e Adultos.

Esse contexto desafia uma das funções sociais da EJA, que não deve ser somente instrumentalizada para um determinado fim, mas sim para o enfrentamento às desigualdades sociais e reinserção das pessoas na discussão pelos direitos cidadãos, por isso precisa-se pesquisar e fortalecer as políticas educacionais que estruturam e defendem a EJA. Com a extinção da Secadi em 2019 e conseqüentemente a interrupção do investimento a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento na Educação, o FNDE sobre os livros didáticos para a EJA, fez com que nos colocássemos a seguinte questão: de que maneira as políticas educacionais para o livro didático da Educação de Jovens e Adultos foram impactadas pelo governo de 2019 a 2022? Para tentar responder os questionamentos aqui apresentados, delineamos como objetivo geral, conhecer a

configuração que envolveu os desmontes educacionais para a política de livro didático da EJA durante o período de 2019 a 2022. Como objetivos específicos consideramos importante: analisar o contexto político brasileiro no que precedeu o período analisado; contextualizar as políticas públicas do livro didático para a EJA durante o governo de 2019 a 2022 e refletir sobre os impactos a educação de jovens e adultos a partir do que foi feito ou não durante esses quatro anos.

A escolha pela temática da pesquisa se apresentou quando os autores estiveram durante todos os semestres de estágio da graduação realizando suas regências na Educação de Jovens e Adultos. A partir destas experiências, foi possível tecer uma relação com as temáticas trabalhadas e vivenciadas nas outras disciplinas. Foi na disciplina de Sociologia da Educação que o tema da pesquisa se fez presente e necessário, ao passo que discutimos a influência neoliberal na educação brasileira e o modo como, enquanto sociedade, nos deixamos levar por discursos falaciosos sobre competências, habilidades e promoção de uma falsa igualdade. Um aspecto também a ser considerado no presente trabalho é o total descaso com a modalidade durante a pandemia da Covid-19, descaso esse agravado pelo então presidente que muito justamente recebe a alcunha de “genocida” por debochar e fazer pouco caso de um problema extremamente grave como foi a crise sanitária internacional recente.

O caminho metodológico adotado para a realização da presente pesquisa é de natureza qualitativa, por se tratar da análise da política dos livros didáticos para a educação de jovens e adultos. Um dos anseios nesse trabalho é o debate sobre o significado do livro didático e sua importância para a modalidade educacional em questão. Como objeto de estudo, é pertinente que possamos correlacionar o seu uso com o processo de ensino e aprendizagem, principalmente para o trabalho do professor em sala de aula. Minayo (2007, p. 21) explica a pesquisa qualitativa da seguinte maneira: “...ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.”

Nosso artigo dedicou-se à construção de uma análise documental, de forma que nos aproximamos daquilo que afirma Antônio Carlos Gil (2008) quando explica que nesse tipo de pesquisa o pesquisador se concentra em documentos legais como as leis e diretrizes que regem determinado contexto social. Na ocasião, estudamos a resolução de

nº 51 de 16 de setembro de 2009, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos, conhecido como PNLD - EJA. O recorte temporal que fizemos foi sobre o último governo passado brasileiro, que se instituiu no período de 2019 a 2022. Nesse momento, pudemos identificar como marco legal poucas resoluções e documentos referentes ao PNLD EJA.

De acordo com o portal do Ministério da Educação para esse período aqui citado, a EJA é citada em somente três informes sobre a política do livro didático. O primeiro deles publicado em janeiro de 2019, informe nº 8, o segundo é de nº 10 de 2022, o terceiro é o informe nº 12 do mesmo ano, 2022. Os dois últimos informes abordam o remanejamento dos livros didáticos convencionais para a Educação de Jovens e Adultos. A dissolução da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) logo nos primeiros dias de governo em 2019 já demonstrava o descaso com a educação de jovens e adultos, pasta à qual era integrada. Observamos que daí surgem os informes posteriores, frutos desse desmonte. Na próxima parte do texto, debateremos o que essas decisões ocasionaram na EJA e no programa de livro didático.

A análise documental foi feita contextualizando o que dizem os autores por exemplo a respeito da política pública como ferramenta para atender os anseios da população. Sobre esse período focalizado na pesquisa, nos encontramos com Minayo (2017, p. 27) onde a autora nos explica, que a análise e tratamento do material empírico e documental, é quando nos atemos ao “conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto ou com outras leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo”. A explicação de Minayo (2017) nos ajudou na compreensão de como construir nossa pesquisa de forma objetiva, mas aprofundada e coesa, não abrindo mão de identificar os problemas pelos quais passou o PNLD – EJA e quais seus desdobramentos a partir da extinção da Secretaria que atuava sobre ele no governo de 2019 a 2022.

## **O LIVRO DIDÁTICO ATÉ O PNLD EJA - 2009**

O material didático como apoio ao processo educacional começa a ser discutido desde o século XIX aqui no Brasil e seu debate gira em torno do livro didático, o que viria a ser utilizado nas salas de aula pelo professor. No decorrer da educação no Brasil, é somente com a criação do Instituto Nacional do Livro em 1937 que teremos as ideias consolidadas sobre o uso desse material incorporado à educação. O instituto é criado a partir do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, um dos enfoques principais da

criação do instituto como diz a lei em seu art.2 foi “organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições”.

Entretanto, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder a estruturação da política de reforma educacional do então ministro Gustavo Capanema, cria-se em 1938 a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que tinha como prioridade a fiscalização do que era veiculado nos livros que seriam utilizados na sala de aula. (Ferreira, 2008, p. 38) que o ministro do Ministério Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante o Estado Novo brasileiro, sugeriu a Getúlio Vargas a criação de decreto-lei para fiscalizar a elaboração dos livros didáticos[sic]. A comissão foi criada em 1938 e "estabelecia que, a partir de 1º de janeiro de 1940, nenhum livro didático poderia ser adotado no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais, e secundárias no país sem a autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde”. Ficou claro que o surgimento do livro didático na educação brasileira foi carregado de muitos olhares sobre sua produção até sua efetivação no chão da escola. Em contrapartida, criou-se, ainda em 1937, o Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, que vai ficar em vigor até os dias atuais, sendo ele uma das políticas educacionais mais antigas do Brasil.

No que concerne ao trabalho de alfabetização, vai surgir no período do regime militar o Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização, mais precisamente no ano de 1967. Naquele momento existiam, em dados divulgados na época, mais de 10 milhões de pessoas adultas analfabetas. De acordo com Costa e Araújo (2011) "o Censo Populacional de 1940 mostrou que 56% da população maior de 15 anos era analfabeta. Junto a isso o País saía de um cenário eminentemente rural para um incipiente, mas acelerado, processo de industrialização e urbanização”. Nesse momento, criou-se o que as autoras aqui citadas vão entender como o primeiro movimento para a educação de jovens e adultos a nível nacional, bem como através dos escritos delas, o primeiro grande movimento de combate ao analfabetismo. O movimento em questão foi a ‘Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos’ organizada e coordenada pelo educador Lourenço Filho (1987 - 1970), simpatizante da escola nova e um dos mais ativos na política do Estado Novo. Ele entendeu a campanha de alfabetização como forma de tirar da marginalidade, daqueles que não sabiam ler e escrever e conceder a essas pessoas uma “cultura”. Vanilda Pereira Paiva (1983) em seus estudos a respeito da educação de jovens e adultos e sua relação com a educação popular chama atenção para o fato de como era visto e tido o indivíduo analfabeto sob a perspectiva do que embasaria a campanha proposta:

A idéia central do diretor da Campanha é de que adulto analfabeto é um ser marginal “que não pode estar ao corrente da vida nacional” e a ela se associa a crença de que o adulto analfabeto é incapaz ou menos capaz do que o indivíduo alfabetizado. O analfabeto padeceria de minoridade econômica, política e jurídica: produz pouco e mal e é frequentemente explorado em seu trabalho; não pode votar e ser votado; não pode praticar muitos atos de direitos. “O analfabeto não possui, enfim, sequer os elementos rudimentares da cultura de nosso tempo”. A educação dos adultos teria, portanto, objetivos de integração do homem marginal nos problemas da vida cívica e de unificar a cultura brasileira. Seus efeitos positivos se fariam sentir nos índices de produção, pois nas regiões mais produtivas, segundo Lourenço Filho, “há taxas de mais elevada cultura popular, com porcentagem maior de letrados. Esta educação, entretanto, deveria ser mais do que a simples alfabetização, sendo a aquisição das técnicas da leitura e da escrita apenas um meio para a “atuação positiva”; a pura alfabetização levaria os recém-alfabetizados à reabsorção pela “incultura ambiente” (Paiva, 1983, p. 212).

É perceptível que a alfabetização era vista até então como uma ferramenta de promoção cultural, pois o analfabeto não tinha cultura, entretanto o que se negligenciou foi toda a bagagem histórica de vida e experiência dessas pessoas, bem como compreender, e nisso concordamos com o que abordam Costa e Araújo (2011), o equívoco dessa campanha foi a tentativa de padronizar e propor uma educação “única” e sobre a mesma prerrogativa. Não considerando inclusive a diversidade social e cultural de nossa população. Ao fim do Estado Novo e a chegada do governo de João Goulart, surgem então novas campanhas de alfabetização em todo Brasil, um dos movimentos que irá chamar a atenção é o MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos idealizado pelo educador Paulo Freire, nesse sentido inicia-se nesse momento o ponto chave da educação popular, defendida por ele e colocada em prática através inclusive do seu próprio método de alfabetização, que ganha notoriedade na cidade de Angicos, interior do Rio Grande do Norte, na década de 1950. Com o golpe militar em 1964 o MOVA é desmontado e Paulo Freire exilado, o movimento acaba sendo feito de forma clandestina. Com a chegada dos militares ao poder, é colocado a nível nacional o Mobral, que tem como objetivo uma alfabetização rápida e com fins de atender interesses tecnicistas. Nesse contexto, os materiais didáticos seguem sendo controlados a fim de atender à necessidade do regime.

É importante compreender que o programa do livro didático vai sofrer alterações e mudanças de objetivo de seu trabalho e funcionalidade no decorrer da história do país, em decorrência também à alternância de poder. Um exemplo para ilustrar é o que vai acontecer na ditadura militar. Bezerra e Luca (2006, p. 30) explicam que durante o regime ditatorial aqui no Brasil foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático que tinha como sigla o COLTED. De acordo com as autoras, o seu principal objetivo era

“coordenar a produção, edição e distribuição do livro didático”. O fato que chama atenção nesse momento de instauração dessa comissão foi a cooperação que o ministério da educação da época teve com os Estados Unidos, numa forma de vigiar o que estava sendo trabalhado nas escolas públicas do país. Passados os tempos sombrios do Brasil, já no período de redemocratização brasileira, logo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, no ano de 1997 o PNLD passa a integrar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Sendo assim iniciada de maneira gradativa a produção e distribuição dos livros didáticos para todas as séries e modalidades da educação básica.

E onde está o livro didático da EJA? O material didático para educação de jovens e adultos é posto nessa política no ano de 2007 a partir da portaria nº9 de 24 de abril do mesmo ano, que instituiu, a partir do conselho deliberativo do FNDE, o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA. Em 2011 o PNLA é agora integrado ao PNLD através da resolução 51, de 16 de setembro de 2009. É de extrema importância ressaltar que essas políticas voltadas para a EJA fazem parte do Programa Brasil Alfabetizado, que viria a estar sob a responsabilidade de execução da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi/MEC). De acordo com o MEC/FNDE (2014, p. 43), os livros distribuídos para a EJA eram organizados da seguinte maneira: - Letramento e Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática para instituições vinculadas ao PBA e escolas públicas com turmas de alfabetização; - Letramento e Alfabetização Linguística, Alfabetização Matemática, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes, História e Geografia para escolas públicas que atendem aos anos iniciais do ensino fundamental; e - Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol): às escolas que ofertam os anos finais do ensino fundamental (MEC/FNDE, 2014, p. 43).

Com a emergência do governo da era pós-democrática, em janeiro de 2019, logo no primeiro mês de mandato, é extinguida a SECADI e com ela todos os programas voltados para a educação de jovens e adultos incluídos o do livro didático e o programa de alfabetização. Barbosa e Silva (2020, p. 148) explicam que “em face de um projeto político e societário em que os direitos humanos não têm nenhuma garantia, o que se assistiu no decorrer do primeiro ano de governo (2019) foi a total invisibilidade da EJA na agenda governamental. A previsão orçamentária para aquele ano estimava o valor por aluno de R\$2.870,90, o que a configurava, de acordo com o FUNDEB, como a única

modalidade de ensino a receber do Estado menos de R\$3.500 por aluno”. Foi nesse período que a EJA sofreu o seu mais duro golpe, sua total invisibilidade e negação de direitos. Voltando para o contexto presente, sob o governo Lula III (terceiro mandato), cabe estar atento ao que será reestruturado para as políticas de alfabetização e continuidade educacional da Educação de Jovens e Adultos. Em 5 de janeiro de 2023, em suas primeiras atividades de retorno à presidência, Lula autorizou a volta na SECADI ao Ministério da Educação.

## **OS DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DURANTE O GOVERNO 2019 - 2022**

A educação básica brasileira hoje busca atender aos interesses de uma sociedade regida pela perspectiva neoliberal, através de suas reformas e políticas como, por exemplo, a constituição de uma base nacional curricular comum. Entretanto, chegamos ao ponto de questionamento do que conseguimos e podemos conseguir compreender a respeito da Educação de Jovens e Adultos, e onde essa modalidade se encaixa. Buscamos tentar responder essa pergunta a partir do entendimento de como se configura a ferramenta ‘educação’ na perspectiva neoliberal. Baseando-nos em Dardot e Laval (2016) construímos nossa reflexão acerca do contexto atual onde a EJA se insere. A educação pode ser entendida como um instrumento de reforço de um Estado que será regido por uma lógica de mercado, de concorrência e de competência. Esta última palavra, inclusive, está presente constantemente na atual BNCC (2017).

É possível entender que nesse contexto a EJA não é tratada com importância, no que se pode compreender de sua função social, pois no neoliberalismo a população não será atendida por suas demandas sociais, mas será vista como um “recurso” de custo-benefício dessa lógica empresarial (Dardot e Laval, 2016). E onde podemos compreender a presença desse custo-benefício? Quando acima foi citado e mostrado o que aconteceu com o PNLD EJA em 2019. O repasse de livros didáticos do ensino fundamental e médio para a EJA evidenciou a preocupação (ou a falta de) do então governo de não mais custear através do FNDE os livros didáticos para essa modalidade, enviado às escolas os que já estavam em uso para o ensino regular. E o que implica a ausência de atenção às políticas de livros didáticos para a EJA? As políticas públicas servirão como instrumentos de consolidação desse modelo de sociedade, as que visam atender as questões sociais de

desenvolvimento acabam, dentro dessa lógica de sociedade, tomando um outro rumo.

Para Azevedo (2004):

Os programas e as várias formas de proteção destinados aos trabalhadores, aos excluídos do mercado e aos pobres são vistos pelos neoliberais como fatores que tendem a tolher a livre iniciativa e a individualidade, acabando por desestimular a competitividade e infringir a própria ética do trabalho. Os seguros de acidente, de desemprego, as pensões e as aposentadorias são consideradas formas de constringer e de alterar o equilíbrio do mercado de trabalho. Isto porque se julga que induzem os beneficiários à acomodação e à dependência dos subsídios estatais, contribuindo para a desagregação das famílias e do pátrio poder (Azevedo, 2004, p. 13).

É importante observar que por trás de cada contexto de sociedade, existe um objetivo a ser alcançado, por isso se faz pertinente observar as discussões políticas tanto a nível internacional, como nacional e principalmente nas esferas micro, como o município. Shiroma e Evangelista (2015) chamam atenção dos pesquisadores ao se debruçar sobre os marcos legais para que possamos inclusive trazer à luz do debate o que está por trás de cada articulação política:

Consideramos relevante observar a atuação dos intelectuais nesse processo. Vinculados a OMs, integram redes de formulação de políticas públicas na arena internacional, participam da elaboração de políticas globais e locais, constroem mercados e pautam agendas. Atuam, portanto, na elaboração e difusão de um projeto político e econômico para o qual transformar valores, crenças e incutir novas expectativas e modos de ser e “viver junto” é necessário. (Shiroma e Evangelista, 2015, p. 322).

A importância do livro didático se constitui da mesma forma como instrumento para todas as modalidades. O ponto central do debate é compreendermos que os estudantes da educação de jovens e adultos precisam e é seu direito usufruir do livro didático e ter um material pedagógico consistente e que auxilie nas demandas postas em sala. Partindo dessa compreensão, concordamos com Gadotti (2013, p. 14), quando afirma que a Educação de Adultos (EA) relaciona-se com vários temas, entre eles: a questão da pobreza e das desigualdades, a questão das ONGs, comunicação e informação, mudanças climáticas, migrações (refugiados e imigrantes em situação “irregular”), interculturalidade, empregabilidade e sobrevivência, economia solidária e, certamente, a educação como direito humano, como “direito à educação emancipadora”. De forma similar à discussão de Moacir Gadotti, Arroyo (2017) pontua sobre a busca de sentidos no processo de formação da EJA, tendo em seu centro de aprendizagem a vivência e experiências dos seus integrantes. Vale salientar ainda que a presença do livro didático nessa modalidade não garante a sua qualidade, o material além de estar posto, precisa

também ser significativo para o processo de construção de ensino aprendizagem. Tanto de quem estuda na EJA, como para os professores que atuam nela.

A sociedade contemporânea brasileira começa o século XXI tendo se inserido em contextos políticos mais progressistas, e com isso a educação se coloca como um dos pilares de discussão dessa mesma sociedade. Com o passar dos anos e da primeira década desse contexto social, outros rumos surgem e discussões são retomadas com outra roupagem com o intuito de agregar ao debate educativo a sua visão de como esse importante instrumento social deveria ser trabalhado. Um dos interesses que pairam e se consolidam na educação é o neoliberalismo, o qual irá colaborar para a ascensão da Base Nacional Curricular Comum que traz um ar de contemporaneidade, acompanhando as demandas globais. E onde fica a educação de jovens e adultos? O professor Licínio Lima (2016) em texto publicado sobre educação permanente relacionada à EJA, explica que o conceito de educação para toda a vida vai se confundir com as categorias trazidas nas novas perspectivas educacionais - podemos relacionar aqui a BNCC citada anteriormente – habilidades e competências são dessas categorias que vão trazer um objetivo claro sobre como e para que a educação deve servir.

Em relação à EJA entendida como forma de garantia de direitos e cidadania, de certa forma agrega outra perspectiva aos seus objetivos, de garantir que os indivíduos que nela se inserem alcancem um mínimo necessário para não estarem à margem da sociedade. Como exemplo, tomamos a busca pelo trabalho - a categoria trabalho sempre aparecerá atrelada à EJA - e não somente pelo compromisso com uma melhoria para os que nessa educação se encontram, mas pelo interesse de formar pessoas para atender a um sistema de produção como o capitalismo. É o que podemos inferir sobre o provimento do conhecimento necessário de quem vai sustentar e dar continuidade ao sistema reprodutivo de nossa sociedade, a mão de obra advinda da classe trabalhadora. Em seu texto, Lima (2016) explica o seguinte:

A educação permanente foi subordinada a padrões restritos de utilidade, sendo frequentemente confundida com: escolarização permanente, educação escolar de segunda oportunidade, reconhecimento e certificação de competências, formação profissional contínua, vocacionalismo adaptativo e funcional, inclusão social para as periferias ou margens de dentro de um sistema cada vez mais embasado numa competitividade desenfreada e numa performatividade seletiva e excludente. Isso não significa que algumas das dimensões referidas não integrem, necessariamente, um conceito amplo e multifacetado de educação ao longo da vida, mas tão somente que não é possível admitir que o todo seja drasticamente reduzido a uma das partes ou dimensões assinaladas. (Lima, 2016. p. 17)

O autor chama atenção, e concordamos com ele, sobre a necessidade de questionarmos os interesses das políticas educacionais voltadas para a EJA. Será que quando propostas em seu objetivo fundamental, elas buscam atender demandas sociais de cunho popular como, por exemplo, nos processos de Educação Popular, ou apenas reforçar a EJA como uma política educacional assistencialista e de cunho meramente político-partidário? Muitas vezes fazemos essas perguntas e Lima (2016, p. 17) buscou responder da forma mais objetiva quando afirmou:

considero urgente a problematização do conceito e das políticas de “Educação de Jovens e Adultos” (EJA), sobretudo sempre que ele é entendido apenas como escolarização de segunda oportunidade e como prioridade política de que resulta o abandono de todas as outras dimensões relevantes de uma educação de adultos de tipo polifacetado, designadamente na tradição da educação popular.

Atrelado à importância de um olhar político sobre a educação de jovens e adultos, adentramos a política nacional do livro didático, tendo como ponto primordial a resolução nº 51 de 16 de setembro de 2009, na qual é deliberado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação o investimento no material didático da EJA através do livro. O seu caráter e objetivo vem já frisado em um dos trechos do artigo 1º da resolução, no inciso 2º: § 2º As escolas públicas que ofereçam os anos iniciais do ensino fundamental na modalidade de EJA serão beneficiadas com livros didáticos abrangendo os componentes curriculares de Letramento e Alfabetização Linguística, Alfabetização Matemática, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes, História e Geografia, podendo haver um volume único de âmbito regional para as duas últimas disciplinas (FNE, 2009).

É importante ressaltar que o inciso aqui citado já demonstra certo interesse numa educação mais diversa, ao propor a possibilidade de adoção de livros de volume único de cunho regional. Em um país tão diverso, continental e plural, é importante que a educação em todos os seus âmbitos ofereça um ensino e aprendizagem multicultural, respeitando principalmente a diversidade regional brasileira. Porém, antes de chegarmos à política propriamente construída do livro didático para EJA nos anos de 2007 a 2019, em 2000 já se pautavam as discussões acerca do material adequado para a educação de jovens e adultos e como isso seria possível, tendo em vista que os materiais destinados a esse público eram os mesmos usados no ensino regular. Isso é colocado num documento bastante expressivo do Conselho Nacional de Educação do mesmo ano, o parecer 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000. Esse parecer versa sobre como o Conselho

atuou acerca dessa discussão, inclusive em suas primeiras linhas pontua o enfoque principal do documento quando diz que “A EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente.” (CNE, 2000).

O Conselho Nacional de Educação destrincha neste documento alguns pontos que valem a discussão. O primeiro deles é que houve três grandes encontros nacionais com a comunidade educacional para debater e discutir o desenvolvimento do material adequado para EJA. Sendo Fortaleza, Curitiba e Brasília, respectivamente, as cidades que receberam esses fóruns de discussão. Outro ponto que merece nossa atenção é a presença do SESI e da Unesco nesse momento. O SESI está atrelado ao sistema S de ensino, que surge como um dos motores de educação para o trabalho, através do ensino técnico e profissionalizante. A UNESCO, como porta-voz de diretrizes mundiais a respeito da educação, participa também das discussões. Entre críticas e defesas, o CNE constrói um importante momento de discussão ampla que vai ter resultados anos mais tarde. Tardio, mas virá. Num dito popular, antes tarde do que mais tarde.

Nesse sentido, o parecer do CNE de forma detalhada nos apresenta as três funções da Educação de Jovens e Adultos: a EJA tem as funções reparadora, equalizadora e permanente. A função reparadora da educação de jovens e adultos se apresenta através da própria política, como forma de assegurar uma educação que foi negada no período regular de ensino. A EJA se torna então para além de uma educação que deve ser garantida, uma ferramenta na superação da desigualdade social, sendo ela também um instrumento de construção de uma sociedade igualitária ou que ao menos esteja provendo uma educação humana adequada. O Conselho Nacional de Educação entende que além da responsabilidade social dos órgãos de ensino, o Estado é ponto crucial nesse momento:

Este serviço, função cogente do Estado, se dá não só via complementaridade entre os poderes públicos, sob o regime de colaboração, mas também com a presença e a cooperação das instituições e setores organizados da sociedade civil. A igualdade e a liberdade tornam-se, pois, os pressupostos fundamentais do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de uma melhor redistribuição das riquezas entre os grupos sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam. (CNE, 2000, p. 8)

A função equalizadora da EJA concebida pelo Conselho, coloca a modalidade de ensino como lugar de oportunidade no qual o que foi perdido lá atrás, por questões sociais e afins, hoje fomite não apenas uma educação reparadora, como resgate do que se interrompeu, mas emancipatória, como vislumbre de uma construção educacional digna

e cheia de possibilidades, assim como de um contexto social melhor do que foi outrora. Isso é entendido pelo CNE e por nós autores, que muitas das pessoas que adentram a EJA passaram por momentos difíceis de suas vidas em que tiveram de optar por deixar a escola e hoje, com as políticas mais estruturadas, possam vir a estar dentro da escola e concluir a escolarização.

Entretanto, já refletindo sobre a terceira função da EJA, não é porque, por exemplo, um indivíduo terminou na sétima série que ao retornar, ele ou ela deverá continuar no mesmo processo educacional. Toda uma vida foi construída e uma educação transformada ao longo dos anos, por isso é importante entender que a pessoa que está na EJA não é a que esteve há anos atrás na sétima série. Arroyo (2017) nos diz que os estudantes que participam da educação de jovens e adultos são constituídos por identidades individuais e coletivas, tendo pautado suas personalidades, o que são ou que almejam se tornar através das vivências e experiências cotidianas. Por isso, o autor chama atenção para a necessidade de uma formação do professor com um olhar mais atento às especificidades dos sujeitos da educação de jovens e adultos.

Relacionando, por fim, a terceira e última função da EJA, de acordo com o CNE, que é a função permanente. Nessa função, o Conselho entende que a educação constituída pela EJA seja não somente vislumbre de um objetivo imediato como trabalho, emprego, aprender a ler e a escrever, mas sim uma educação que tenha como seu objetivo pedagógico nas possibilidades cidadãs. O documento apresentado pelo CNE no ano 2000 já nos apresenta uma forma de persistência em colocar a educação de jovens e adultos num contexto de modalidade educacional e não apenas como instrumento de alfabetização de pessoas adultas.

O debate intrínseco trazido pelo texto em suas entrelinhas é a relação que os órgãos externos que participaram desse fórum de discussão têm com a promoção do processo de alfabetização. Refletimos acerca do porquê não houve ou não há uma defesa máxima sobre transformar esse processo em modalidade educacional consolidada. Entendemos que muitas vezes se trata a EJA e conseqüentemente a alfabetização como um programa político a fim de atender um objetivo mais rápido, como alcançar um ranking internacional de alguma coisa similar. Em um dos trechos trazidos no documento do CNE (2000) podemos ler o seguinte:

Não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização". A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da

cidadania. Ora, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho. (CNE, 2000, p. 9)

Tudo isso é firmado e discutido no âmbito educacional, inclusive colocado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB de 1996, a qual nos apresenta a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino. Entretanto, o que sucede depois são avanços, paradas e retrocessos no que se refere a essa modalidade. Um dilema que paira sobre a EJA e que o Conselho Nacional de Educação apontou anteriormente é como ela é vista.

Na espera de instituir um processo de alfabetização focado no combate ao analfabetismo ou na promoção de uma educação permanente, que possibilite não apenas a inserção do indivíduo na “sociedade”, mas como agente principal de transformação de sua realidade e questionador da mesma, podemos fazer a defesa da segunda perspectiva do que pode ser e deveria ser a educação de jovens e adultos, modalidade educacional integrada à educação básica porém tendo seu contexto respeitado, garantindo inclusive uma formação adequada aos professores que nela atuam e possibilitando o acesso e permanência de todos os indivíduos matriculados nesse processo educacional.

Porém, nem sempre é assim que acontece. No ano de 2019, já no primeiro ano de seu mandato, como colocado aqui anteriormente, o então presidente eleito da República, através do Ministério da Educação, coloca a circular o informe 08, com o seguinte enunciado: “não haverá em 2019 a aquisição de novos materiais para atendimento do PNLD EJA, destinado à Educação de Jovens e Adultos”. Naquele momento, as escolas foram orientadas que o livro didático para os jovens e adultos fossem reutilizados do Ensino Fundamental e Médio, público do ensino regular diurno. Já sabemos que o processo de aprendizagem de um adulto é diferente de um adolescente ou pré-adolescente, então será que um livro de 6º ano seria adequado, por exemplo, a um senhor com 62 anos de idade? Acreditamos que não. Mas uma coisa podemos inferir, que o conhecimento deve ser levado de forma responsável e adequada a cada pessoa, respeitando as particularidades de seu nível de escolaridade.

O que vimos durante os 4 anos do governo bolsonarista foi um verdadeiro desmonte e os desdobramentos precisam ser entendidos como um projeto político. Logo em suas primeiras horas de governo foi assinado o decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Nesse decreto ficou instituído a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), é desmembrada a secretaria e suas

diretorias são recolocadas de forma genérica em meio a outras Secretarias do MEC. Vale chamar atenção que nesse momento o governo define parceria com instituições militares para o fomento do processo de alfabetização brasileira.

O que ocorreu foi um verdadeiro descaso e desmonte, de acordo com o dossiê ‘EM BUSCA DE SAÍDAS PARA A CRISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA’ do Movimento pela Base, em parceria com o CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) em parceria com a Ação Educativa e o Instituto Paulo Freire, foi identificado que houve inúmeros descasos, a começar pela inexistência do processo de aquisição do livro didático para a EJA, pois a última tinha sido em 2017, durante o governo de pós-golpe de Michel Temer. O dossiê constatou a partir dos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que em 2014 durante o governo Dilma, 4.758.832 de estudantes da Educação de Jovens e Adultos foram beneficiados com o programa do livro didático; 32.864 escolas foram beneficiadas e foram adquiridos 13.335.546 de exemplares. O valor destinado em dinheiro foi de R\$131.403.418,12.

Já no governo de Michel Temer, ex-vice da presidente Dilma Rousseff, a política do livro didático da EJA sofre o seu primeiro golpe. No ano de 2017, a diferença se mostra bem expressiva, pois ao longo deste governo o número de estudantes beneficiados de acordo com o mesmo dossiê é de 652.133 da EJA no Ensino Fundamental anos iniciais e 1.279.495 dos estudantes que compreendem o Ensino Fundamental anos finais. No período, 786.898 estudantes da EJA estavam no ensino médio. É importante ressaltar que em 2017 houve uma reposição de livros didáticos, pois em 2016 no curso do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, não houve abertura de edital e por isso, de acordo com o levantamento do dossiê, foi feita apenas uma reposição. O documento também chama atenção para o fato de que o que foi colocado para a educação de jovens e adultos no ensino médio, foi o material do ensino médio regular: “Entretanto, causou grande estranheza que, para o ensino médio, os materiais distribuídos foram os aprovados para a escola regular e não os que foram aprovados para a EJA no PNLD EJA 2014” (Movimento pela Base, 2002. p. 55).

Um dos resultados da extinção da Secadi em janeiro de 2019 foi que durante o governo em questão não houve abertura para editais de aquisição de livros didáticos, algo que estava previsto para acontecer em 2020 mas que não avançou, que deveria ser feito novamente em 2022 mas, novamente, foi deixado de lado. Um dos desdobramentos foi a negligência com um pouco mais de 9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não

sabem escrever<sup>2</sup>. Para ilustrar o descaso que esteve presente durante o governo em questão, estava previsto que em 2020 seria colocado mais de 74 milhões de reais na Educação de Jovens e Adultos e o então ministro da educação na época, Abraham Weintraub destinou somente 16,6 milhões. Durante o governo Dilma em 2014 foram investidos R\$820 milhões, isso pode ser visualizado através dos programas como o Projovem. Em uma crítica pontual aos descasos cometidos pelo governo bolsonarista, Rosilene Côrrea, presidente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, em relato a mídia local, em 2020 diz que “nem os governos neoliberais dos anos 1990, que quase não investiram em educação, ousaram jogar o Brasil nesse obscurantismo”.

A crítica da presidente sindicalista coaduna com a compreensão de que nada é feito na política por acaso ou sem um propósito. O neoliberalismo apresentou no Brasil uma outra faceta do seu descaso com uma educação permanente e equalizadora, como propôs em 2000 o Conselho Nacional de Educação. Na racionalidade neoliberal, o que se coloca diante de nós é o reforço de uma perspectiva educacional pautada no retorno a curto prazo. Stephen Ball (2001, p. 107-108) chama atenção, quando compreende a lógica do mercado no contexto educacional:

[...] mercados e sistemas de competição e escolha através dos quais eles operam, re-processam os seus próprios atores-chave - no nosso caso, famílias, crianças e professores/as - e exigem que as escolas assumam novos tipos de preocupações extrínsecas e, por consequência, re-configurem e re-valorizem o significado da educação. Dito de uma forma direta, o mercado educacional tanto des-socializa, quanto re-socializa; cria novas identidades e destrói a sociabilidade, encorajando o individualismo competitivo e o instrumentalismo. Os espaços nos quais são possíveis a reflexão e o diálogo sobre os valores são eliminados. (Ball, 2001, p. 107-108)

Podemos também associar a essa discussão o início desse desmonte que veio acompanhado de um projeto político que culmina na eleição ocorrida em 2018 e na chegada ao poder do discurso anti-educacional. Tudo começa na eleição turbulenta de 2014, onde com muita resistência Dilma Rousseff consegue vencer, logo após sua vitória dentro do processo democrático começa o desenrolar do golpe que vai desembocar no governo do até então seu vice-presidente Michel Temer. Ele então dá corpo de fato a uma estrutura de governo negligente com a EJA, os números aqui colocados não nos deixam mentir. Isso desdobra-se na aparição da figura do então presidente Bolsonaro, o qual representa uma parcela expressiva da sociedade brasileira que saúda momentos e contextos deploráveis de nossa sociedade como a ditadura militar. E não ironicamente, o

---

<sup>2</sup> Dados fornecidos pelo IBGE, através da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) no ano de 2022

que ele promove em seus primeiros dias de governo é a extinção do local dentro do governo brasileiro onde era realizada toda a discussão política da Educação de Jovens e Adultos, a diversidade e inclusão e isso vai dar forças ao projeto político que ele representa, o descaso total com a educação.

Em seus textos, Mainardes (2006) apresenta os estudos de Ball e Bowe (1992) sobre os ciclos da política, que se desenvolvem em três fases, a primeira é o contexto de influência, a segunda é o contexto da prática e a terceira é o que é produzido no texto da política e colocada na prática. A partir dessa leitura, compreendemos que durante os governos de Lula e Dilma, respectivamente, mesmo a primeiro momento sendo colocado como governos progressistas e populares, pavimentaram o caminho na discussão de uma educação que se aproximava da lógica do mercado. A discussão da Base Nacional Curricular Comum - BNCC e a Reforma do Ensino Médio, políticas em vigor na educação básica brasileira, foram concebidas durante os governos progressistas, mas moldadas aos objetivos de uma lógica mercadológica, que se acentua nos governos posteriores ao processo de impeachment de Dilma Rousseff. Nesse momento podemos identificar o segundo ciclo das políticas, o que é colocado em prática. Importa destacar, porém, que grupos progressistas e em defesa da educação de jovens e adultos, lutam constantemente para que essa modalidade seja consolidada como parte da Educação Básica. Algo previsto em lei na LDB/9394 de 1996. Ball (1993, apud Mainardes, 2006. p 53-54) vai explicar que o terceiro ciclo pode ser entendido a partir da política como discurso onde somente algumas demandas serão atendidas e outras não. A política como ferramenta de privilégio e ao mesmo tempo de exclusão, favorecendo a poucos e negligenciando a muitos.

Onde podemos então perceber isso? na LDB/9394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mesmo que rapidamente, destaca a seção V para a Educação de Jovens e Adultos e diz em seu primeiro parágrafo do artigo 37 “1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 1996). Portanto, se a escola se torna responsável por esse processo educacional, por que não incluir a educação de jovens e adultos em todas as políticas de qualidade para Educação Básica? A resposta para essa pergunta é que não houve “interesse” por parte da classe dominante do governo. A Base Nacional Curricular Comum que hoje rege a educação brasileira como um todo cita somente uma vez a educação de jovens e adultos, um documento imenso de seiscentas páginas não traz

absolutamente nada que conceitue ou construa um processo educativo respeitando as três funções da EJA. A BNCC e toda sua concepção de fato vieram para atender demandas globais e que viabilizem atender a lógica mercantil, promoção da educação profissionalizante, visando o trabalho assalariado e precarizado.

A Educação de Jovens e Adultos se vê então à margem desse processo de educação nacional, não é vista nem como base, tendo em vista que é o regaste da base educacional de jovens, adultos e idosos que não concluíram essa etapa (educação básica) da escolaridade em tempo ‘normal’. Antes que possamos compreender onde foi e como fica o livro na educação de jovens e adultos, precisamos apoiar e defender a EJA como parte integrante da base educacional brasileira e lhe dar o direito que é respaldado pela própria lei de que ela é a garantia de uma educação para todos e todas que foram negligenciados anteriormente.

O que se conclui com muito desgosto é que não houve incentivo concreto ao programa de livro didático para a EJA o período do governo bolsonarista, houve na verdade um disparate que foi a destinação das sobras dos livros didáticos dos estudantes do ensino fundamental e médio regular para o público adulto. Editais para a construção e escolha desse material também não foram abertos durante o governo de 2019 a 2022 e muito menos houve a continuidade de políticas para o combate ao analfabetismo. Tudo isso ainda atrelado ao contexto de pandemia da Covid-19, ao qual o então governo esteve totalmente alheio, fazendo pouco caso com a saúde pública brasileira. Num país que sob a sua administração perdeu mais de 700 mil mortos pelo vírus, viu não só a saúde ser sucateada, como a educação também.

As políticas do PNLD EJA durante o governo de 2019 a 2022 estiveram estagnadas e não foram tratadas com a devida importância, isso é ilustrado ainda em seu primeiro ano, quando através do decreto nº 9.765, de 11 de abril 2019, seu governo instituiu a ‘Política Nacional de Alfabetização’ só há uma menção para a Educação de Jovens e Adultos. E essa menção não aborda nenhum planejamento concreto como o Ministério da Educação trabalharia em relação a alfabetização de jovens e adultos. Isso demonstra que foram negligenciados 11 milhões de pessoas que durante o seu governo configuraram o número de pessoas não alfabetizadas no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA é uma importante temática onde precisamos colocar, enquanto pesquisadores da educação, a nossa devida atenção. Nosso esforço, no presente trabalho de conclusão, foi de nos debruçar, ainda que de maneira exploratória, sobre uma das fragilidades que acometem nossa educação básica, que é a negligência a respeito do material didático adequado para o público da EJA. Remontando ao objetivo geral da pesquisa, consideramos que foi alcançado, tendo em vista que a configuração política do governo aqui analisado se apresentou como ponto chave de uma perspectiva neoliberal de sociedade, onde a educação se finca como ferramenta fundamental na engrenagem de uma perspectiva mercadológica. Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos não é contemplada. E onde podemos testemunhar isso? Na ausência da modalidade educacional na Base Nacional Curricular Comum.

A ausência da EJA também se nota no Plano Nacional de Educação, que inclusive foi concebido ainda em 2014, sob o governo da presidenta Dilma Rousseff, evidenciando o nosso objetivo específico, no qual a conjuntura política anterior ao período de 2019-2022 já estava consolidando o ideário social que os autores aqui abordaram, inclusive com graves contrapontos às funções da Educação de Jovens e Adultos apresentadas pelo Conselho Nacional de Educação em seu parecer de 2000, conforme apontamos em nossa análise. A preocupação com as políticas educacionais voltadas para EJA é estabelecida desde muito tempo atrás, inclusive no que concerne ao período de redemocratização brasileira, bem como os trabalhos de alfabetização de Paulo Freire.

E o que vem depois? Atualmente, o governo do presidente Lula, eleito em 2022, para o período de 2023 - 2026 teve já em seu primeiro ano de terceiro mandato, a reestruturação da Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi, bem como a abertura de edital para os livros didáticos para a EJA no ano de 2024, em período a ser divulgado até o presente momento da escrita dessa pesquisa. Mostrando o mínimo, que é a obrigação enquanto poder executivo e político de reestruturar o que foi destruído pelo desmonte do governo anterior e fortalecer o processo de combate ao analfabetismo brasileiro. Torceremos, mas também nos manteremos vigilantes para o que será feito a partir dessa retomada. Tal preocupação poderá ser abordada em uma pesquisa mais aprofundada no futuro, numa dissertação de mestrado ou tese de doutorado, no qual com maior riqueza de detalhes e de tempo hábil, poderemos identificar, de forma mais próxima ao chão da escola, os impactos desse desmonte no cotidiano da EJA, no que tange à gestão

escolar, a coordenação, os professores e principalmente os jovens, adultos e idosos, que precisam e devem ter o seu direito educacional à retomada dos estudos garantida.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Passageiros da noite**. Do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública** / Janete M. Lins de Azevedo. — 3. ed. — Campinas, SP : Autores Associados, 2004.

BALL, Stephen John. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação**. Londres, Inglaterra. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001

BARBOSA, Carlos Soares; SILVA, Jaqueline Luiza; SOUZA, José Carlos Lima. **Desafios do tempo presente na escolarização de jovens, adultos e idosos: agenda para a nova década**. Tempos Espaços Educ. v.13, n. 32, e 14146 jan./dez. 2020

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. **Em busca da Qualidade PNLD – História – 1996 – 2004**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). Livros didáticos de História e Geografia. Avaliação e Pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 27 – 53.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CEB 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **PORTARIA NORMATIVA Nº 9 DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. FNDE. FUNDEB – **Manual de Orientação**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Resolução Nº 51 de 16 de setembro de 2009**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Brasília - DF. 2009.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro - PLi/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 5a ed., atual. - Brasília: MEC, FNDE, 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas** / Organizado por Paulo Gabriel Soledade Nacif, Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Lêda Maria Gomes e Rosimere Gomes Rocha. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. -- Brasília : MEC, 2016

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Informes PNLD 2017 - 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/informes-pnld-anos-anteriores> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024

Brasil Escola. **A Origem do Livro Didático**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-origem-livro-didatico.htm> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024

COSTA, Deane Monteiro Vieira; ARAUJO, Gilda Cardoso. **A campanha de educação de adolescentes e adultos e a atuação de Lourenço Filho (1947-1950): a arte da guerra**. Anpae.org 2011. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0126.pdf> Acesso em 26 de fevereiro de 2024

CRUZ, Rosana Evangelista da; SALES, Luiz Carlos; ALMEIDA, Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges. **O financiamento da EJA no Fundeb: a política que reiterou a negação do direito**. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/1901/3076/3194> Acesso em 26 de fevereiro de 2024

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

FERREIRA, Rita de Cássio Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937 - 1945)**. Assis 2008.

GADOTTI, Moacir. Educação de Adultos como Direito Humano. **EJA em debate**, Florianópolis, Ano 2, n. 2. jul. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

O Globo.com. **Após três anos de queda** [...] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/apos-tres-anos-de-queda-brusca-de-investimento-eja-perde-meio-milhao-de-estudantes-na-gestao-bolsonaro-25389399> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024

O Globo.com. **Abandonado nos últimos anos** [...] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/07/24/abandonado-nos-ultimos->

[anos-ensino-de-jovens-e-adultos-tera-nova-politica-com-promessa-de-bolsas-e-formacao-tecnica.ghtml](#) Acesso em: 26 de fevereiro de 2024

MACEDO, Elizabeth. **Base nacional curricular comum:** novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação Revista e-Curriculum, vol. 12, núm. 3, outubro-diciembre, 2014, pp. 1530-1555 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas:** Uma contribuição para a Análise de Políticas Educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006

MOVIMENTO PELA BASE. **Em busca de saídas para a crise das Políticas Públicas de EJA.** Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/10/dossieeja.pdf> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1983.

SHIROMA, Eneida Oto. EVANGELISTA, Olinda. **Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada.** Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015.